

# SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS ODS EM MINAS GERAIS



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.

**Sistema de Monitoramento dos Objetivos do  
Desenvolvimento Sustentável em Minas Gerais  
Relatório do percurso**

**Belo Horizonte  
14 de fevereiro de 2023  
Fundação João Pinheiro**

# FICHA TÉCNICA

## Sistema Estadual de Avaliação de Políticas Públicas - SAPP-MG

### Comitê Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cemap)

Marcel Dornas Beghini – Secretaria-Geral

Luísa Cardoso Barreto – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda – Controladoria Geral do Estado

Helger Marra Lopes – Fundação João Pinheiro

Paulo Sérgio Lacerda Beirão – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

### Comitê Executivo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - (Comex)

#### Controladoria Geral do Estado

Eduardo Souza Batista | titular

Armando Noé Carvalho de Moura Júnior | suplente

#### Fundação João Pinheiro

**Carla Bronzo Ladeira | titular**

**Carolina Proietti Imura | titular**

**Marcos Arcanjo de Assis | titular**

**Isabela Tolentino | suplente**

**Juliana de Lucena Ruas Riani | suplente**

**Luis Felipe Zilli | suplente**

#### Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Felipe Magno Parreiras de Souza | titular

Camila Barbosa Neves | titular

Solimar Assis de Araújo | suplente

Túlio de Souza Gonzaga | suplente

#### Fundação João Pinheiro

#### Equipe da avaliação

Coordenação: Victor Barcelos Ferreira

Alexandre Mário de Freitas

Carolina Proietti Imura

Marcos Arcanjo Assis

Tomás de Faria Balbino

#### Revisão técnica

Carolina Proietti Imura

#### Diagramação

Aline de Faria Pereira | designer ACS

# AVALIAÇÃO DO MINAS COMUNICA II

## Sumário

<b>SISTEMA ESTADUAL E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS (SAPP-MG)</b> .....	5
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MINAS GERAIS E A AGENDA 2030</b> .....	8
<b>A AGENDA GOVERNAMENTAL DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DO PPAG</b> .....	9
<b>PROJETOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO</b> .....	13
<b>MAPEAMENTO DAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS EM MONITORAMENTO DOS ODS</b> .....	14
<b>OBSERVATÓRIO DO MILÊNIO - PREFEITURA DE BELO HORIZONTE</b> .....	15
<b>ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES - BRASIL</b> .....	16
<b>RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL</b> .....	17
<b>MANDALA MUNICIPAL - LOCALIZANDO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL</b> .....	18
<b>OBSERVATÓRIO DOS ODS - GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO</b> .....	19
<b>A ESTRUTURAÇÃO DO PAINEL DE MONITORAMENTO</b> .....	20
<b>DESENVOLVENDO CAPACIDADES PARA MONITORAMENTO DA AGENDA 2030</b> .....	22
<b>OPORTUNIDADES E DESAFIOS DA AGENDA ODS EM MINAS GERAIS</b> .....	24
<b>BALANÇO DAS ATIVIDADES E RECOMENDAÇÕES AO CICLO 2023</b> .....	25
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	26

## Sistema Estadual e Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais (Sapp-MG)

Este relatório apresenta o percurso de implantação do Sistema de Monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em Minas Gerais como uma das ações do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação - Ciclo 2022. O plano é o instrumento de planejamento dos programas avaliados em cada ciclo e que estabelece os compromissos do Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais (Sapp-MG), instituído pelo Decreto 48.298/2021.

O sistema é composto por instâncias decisórias e executivas que atuam a partir de fluxos e responsabilidades na execução de práticas avaliativas no setor governamental, qualificando os processos de formulação, monitoramento e avaliação dos programas. Pretende aumentar a efetividade do gasto público estadual a partir de uma gestão baseada em evidências. Os programas avaliados compõem o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

A implementação do sistema reforça o caráter de vanguarda do estado de Minas Gerais na administração pública, já que ele é um dos estados pioneiros a instituir o seu sistema de avaliação de políticas públicas. Além de Minas Gerais, somente o Espírito Santo possui um aparato de avaliação institucionalizado no âmbito estadual. Esse é um passo importante para dar mais transparência ao gasto público e efetividade à ação estatal, na medida em que fornece aos gestores públicos evidências para o aprimoramento das políticas em execução.

No primeiro ciclo de avaliação do Sapp-MG (2022), foram eleitas algumas políticas a serem avaliadas, incluído o Sistema ODS. Composto pelos chefes dos órgãos que compõem o sistema, o comitê estadual entendeu que o monitoramento da Agenda 2030 e dos ODS é fundamental para dar mais transparência ao engajamento do Estado na promoção de uma agenda integrada de desenvolvimento e gerar insights sobre como ser mais efetivo em algumas dimensões que ainda precisam ser aprimoradas.

## Introdução

Em setembro de 2015, mais de 9 mil pessoas e 136 chefes de Estado se reuniram em Nova York para a reunião da cúpula para o desenvolvimento sustentável da ONU. Ao fim do evento, foram lançados os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma chamada para ação para governos, sociedade civil e setor privado atuarem em parceria para o alcance das metas estabelecidas. Os ODS revelam a pluralidade de dimensões do bem-estar da humanidade e dos seres vivos do planeta e a interconexão entre eles.

No âmbito da administração pública, fortaleceu-se a necessidade de estabelecer políticas públicas para equiparar os níveis de bem-estar em cada uma dessas dimensões. Ao mesmo tempo, os países membros são convocados a estabelecer mecanismos para acompanhar a efetividade dessas ações e dar transparência à sociedade civil. O pacto federativo brasileiro descentraliza diversas competências de políticas públicas aos entes subnacionais, que, por sua vez, precisam capacitar a sua administração tanto para a execução das ações governamentais quanto para seu monitoramento e sua avaliação.

Figura 1 – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Estratégia ODS.

No Brasil, as iniciativas de monitoramento da Agenda 2030 ainda são incipientes e dispersas – como será exposto ainda neste relatório. Da mesma forma, a institucionalização de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas está no seu primeiro passo. O governo federal já possui um comitê com essa função desde 2016, e apenas dois estados possuem essa estrutura em seu aparato: Espírito Santo, o pioneiro, e Minas Gerais, com o Sapp. Com a inclinação do Comitê Estadual de Monitoramento e Avaliação para a incorporação da Agenda 2030 no escopo de acompanhamento das políticas, Minas Gerais dá mais um passo para se estabelecer na vanguarda no país. No entanto, há ainda um vasto caminho a ser desbravado de forma colaborativa com outros atores.

Este documento sistematiza o percurso traçado durante 2022 no sentido de implementar um sistema de monitoramento dos ODS nas políticas públicas do governo do estado de Minas Gerais. O trabalho foi executado pelo

Núcleo Integrado de Monitoramento e Avaliação (Nima), da Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com a Diretoria Central de Planejamento, Programação e Normas (DCPPN), da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag).

A priorização das ações que compõem o Plano Anual de Monitoramento e Avaliação do Ciclo 2022 do Sapp evidenciam que a agenda 2030 é de grande relevância para o alto escalão do governo. A implementação de um sistema de monitoramento dos ODS no estado, no entanto, traz consigo desafios. Os objetivos foram pensados para guiar uma agenda de desenvolvimento sistêmica e integrativa. Portanto, o monitoramento precisa partir dessas mesmas premissas e, ao mesmo tempo, fomentar essa integração nos órgãos do estado.

Para lidar com esse desafio, foram pensados dois eixos de atuação:

I) infraestrutura: a implantação de um sistema que estabeleça novos padrões de interações entre os órgãos, neste caso, para o monitoramento dos ODS, é facilitada por um sistema operacional que possa viabilizar essas interações.

II) político-relacional: parte do entendimento de que já existem outras lógicas de monitoramento vigentes no governo estadual, seja do próprio PPAG, do acompanhamento dos projetos estratégicos e outras formas de monitoramento internas aos órgãos.

Foram definidas seis entregas para 2022 com o objetivo de iniciar o Sistema de Monitoramento dos ODS nas políticas estaduais de Minas Gerais. Elas estão dispostas com seus respectivos objetivos na Tabela 1:

Tabela 1 – Planejamento do Sistema de Monitoramento dos ODS para 2022

Entrega	Objetivo
Análise dos programas em andamento	Diagnosticar como tem sido a adesão dos programas públicos do governo do Estado à adesão a Agenda 2030, e inferir sobre o processo de planejamento e vinculação aos ODS durante o preenchimento do PPAG.
Mapeamento de iniciativas de monitoramento dos ODS	Entender como tem sido feito o monitoramento dos ODS no Brasil e no estado de MG.
Mapeamento de indicadores	Adequar os indicadores já estabelecidos pela ONU à realidade brasileira e de MG. Aliado a isso, seriam incorporados indicadores disponíveis na Plataforma do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS) pareados com cada um dos ODS.
Estruturação do painel de monitoramento	Estruturar um dashboard vinculando indicadores, programas e ODS.
17 Oficinas com gestores de programa	Realizar oficinas para cada ODS com os programas vinculadas ao objetivo para construir o quadro de indicadores.
Relatório do percurso	Relatar o processo de construção, enfatizando possibilidades e desafios para os anos seguintes.

Neste relatório de percurso, estão sistematizadas as entregas objeto de acordo e as redefinições necessárias ao longo do percurso. A próxima seção apresenta um breve retrospecto da participação do Estado de Minas Gerais nas agendas de desenvolvimento. Em seguida, apresenta-se uma análise de como as políticas mineiras vigentes se colocam em relação aos ODS. Em outra seção, apresentam-se os resultados de um mapeamento realizado com as principais iniciativas de monitoramento dos ODS no Brasil. Na sequência, há uma descrição das ações realizadas. Na última seção, alguns apontamentos sobre quais as forças de Minas Gerais para a institucionalização desse sistema e os principais desafios a serem transpostos.

## As políticas públicas de Minas Gerais e a Agenda 2030

A adoção da Agenda 2030 é uma ação totalmente voluntária; cabe aos governos decidir se e como vão adotá-la. A importância de governos estaduais e municipais firmarem compromissos com a agenda se dá, pois, juntamente com a evolução dos objetivos, há a perspectiva de descentralização do planejamento e da execução de políticas públicas de desenvolvimento. Cabe aos diferentes níveis de governo trabalharem em prol do desenvolvimento sustentável.

Em Minas Gerais, os ODS se tornaram um parâmetro para as políticas públicas em 2017<sup>1</sup>, com o objetivo de desenvolver uma agenda política que atue em sincronia com a Agenda 2030, sendo incluído em seu principal instrumento de planejamento de médio prazo o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). Desse modo, foi proposto que os programas inseridos no PPAG deveriam estar vinculados a pelo menos um dos ODS, tornando os objetivos orientadores dos instrumentos de planejamento do Estado. Como aponta Toledo (2020), a partir da nova lei, todos os programas do PPAG deveriam ser vinculados aos objetivos da Agenda 2030, com exceção de programas padronizados, voltados para a oferta de serviços ao Estado, gestão de políticas e o apoio administrativo. Determinou-se também uma atuação por meio de ações e políticas de acompanhamento, visando a atender os ODS na elaboração do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2016-2027 (Toledo, 2020).

Para a execução da proposta, criou-se um Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan), com o objetivo de vincular os programas aos ODS por meio da plataforma que organiza e integra a rede de gerenciamento do PPAG. Cabe a ele publicar os programas acompanhados dos objetivos que buscam cumprir. Nesse sentido, os órgãos e as entidades passaram a vincular seus programas a pelo menos um ODS (Toledo, 2020).

Para além dessas ações, nenhum avanço foi observado em relação ao cumprimento dos ODS. Toledo (2020) menciona que, em 2019, tramitou um projeto de lei (355) com o objetivo de instituir uma Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, não foi observado resultado concreto algum proveniente do projeto, nem sua aprovação. O que se observa, em 2022, é o Movimento Minas 2032 (MM2032)<sup>2</sup> pleiteando à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a criação de uma comissão que, se criada, chamar-se-á Comissão Extraordinária dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030 (Valverde, 2022).

<sup>1</sup> Lei 22475, de 29 de novembro de 2016.

<sup>2</sup> Ação liderada pelo Diário do Comércio e que reúne organizações dos três setores da sociedade civil, com o objetivo de acelerar o cumprimento dos ODS

## A agenda governamental de Minas Gerais: uma análise do PPAG

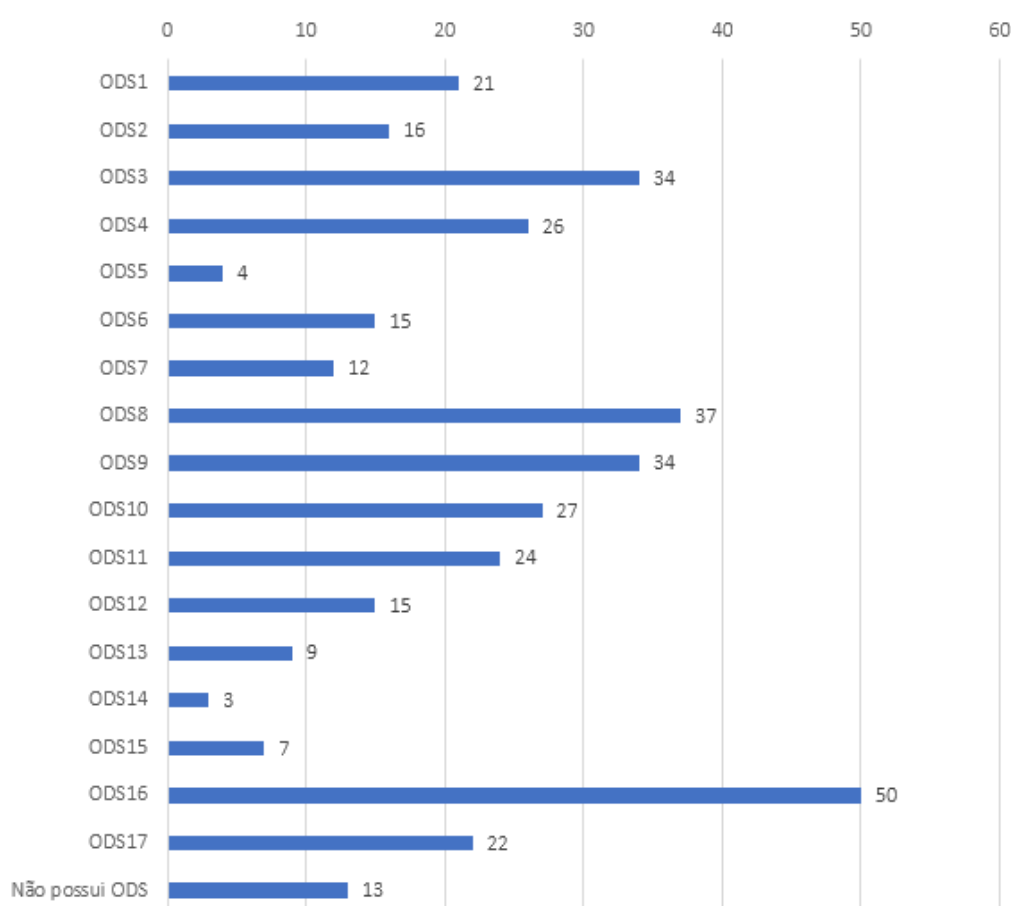
O PPAG aprovado em 2021 previa a execução de 159 programas de áreas meio e áreas finalísticas em 67 unidades responsáveis, entre órgãos da administração direta e indireta. Como mencionado, o Sigplan prevê que cada programa vincule a sua atuação a pelo menos um ODS.

Abaixo, alguns resultados preliminares da análise do banco de dados do PPAG 2021

- 146 (91,8%) programas estão vinculados a pelo menos um ODS
  - o Desse total, 61 (41,8%) estão vinculados a mais de um ODS.
- 13 (8,2%) não estão vinculados a ODS algum.

A seguir, o Gráfico 1 apresenta a relação da vinculação dos programas por ODS.

Gráfico 1: Número de ODS vinculados aos programas do PPAG



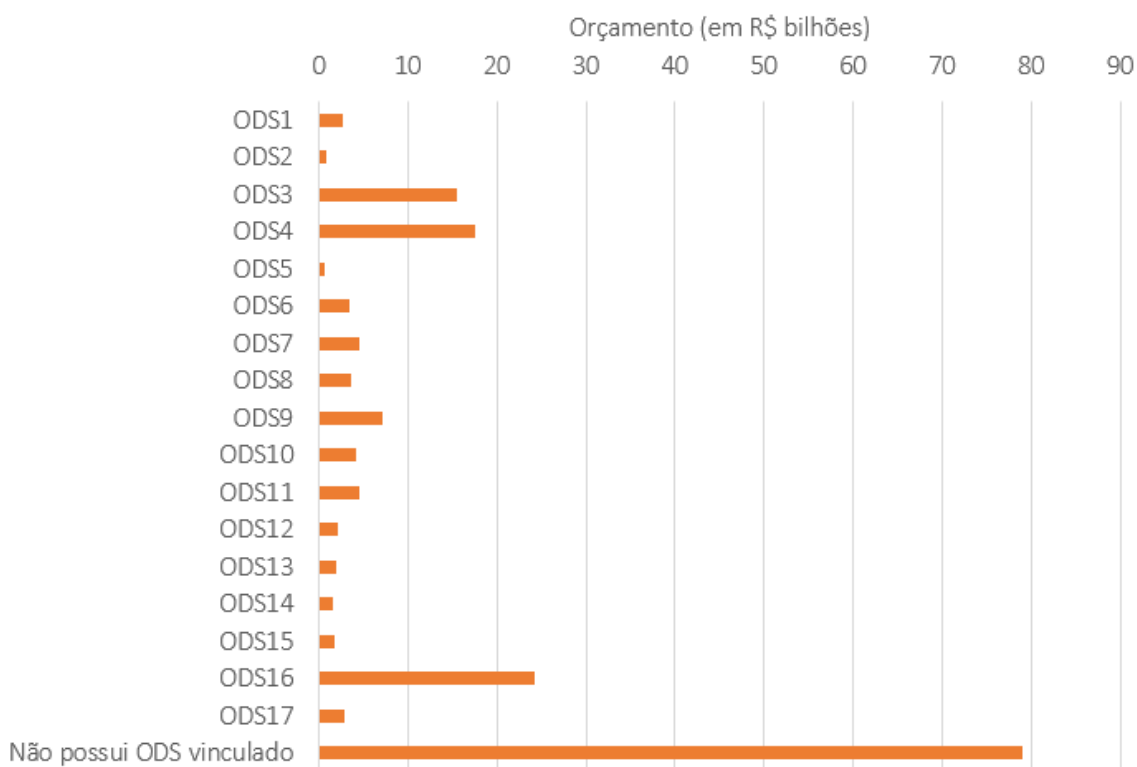
Fonte: PPAG 2020-23. Elaboração própria.

Reforça-se que cada programa pode se vincular a mais de um ODS e, por essa razão, o somatório do número de vínculos é maior do que o total de programas em execução. O ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes é o ODS com maior vinculação na agenda executada em 2021. Analisando os programas vinculados a esse objetivo, nota-se que os programas implementados por órgãos do Legislativo, Judiciário e órgãos de controle estão vinculados a esse objetivo, assegurando o funcionamento das instituições políticas do Estado, além do direito à justiça. Outra razão é que parte dos programas vinculados ao desenvolvimento institucional do aparato estatal está vinculado a esse programa.

Os objetivos com menor vinculação são o ODS5 – Igualdade de gênero e o ODS14 – Vida na água, com quatro e três vinculações respectivamente. Apesar da baixa vinculação, é interessante notar que o ODS5 possui vinculação de programas executados em quatro unidades diferentes, o que demonstra um esforço instersetorial para o seu alcance. Já a execução do ODS14 está centralizada na Semad.

Analisando sob outra perspectiva, o Gráfico 2 mostra o orçamento vinculado a cada ODS.

Gráfico 2 – Previsão orçamentária dos programas por vinculação com os ODS - 2021



Fonte: PPAG 2020-23. Elaboração própria.

Evidencia-se que 44% do orçamento não estão vinculados a ODS algum, de modo que 95,4% desse contingente estão ligados ao Programa Apoio às Políticas Públicas da Seplag, no qual se inclui a folha de pagamento dos servidores do Estado. Também se percebe que o ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes, que tem o maior número de programas vinculados, também tem o maior orçamento. Fato idêntico não ocorre para o ODS8 – Trabalho e emprego, que tem o segundo maior quantitativo de programas vinculados, mas tem o oitavo maior orçamento. Neste ponto, podemos ressaltar que grande parte dos programas da agenda governamental em execução contam com parcerias com outras instituições públicas e privadas para a implementação do programa. No entanto, a vinculação de recursos para assegurar a realização de atividades centrais do programa é importante para o alcance dos resultados estabelecidos.

Um aspecto importante para se atingir resultados positivos no alcance do ODS e de forma sustentável é a intersetorialidade e transversalidade das ações implementadas. Para analisar esse aspecto na agenda governamental, foram adotadas duas óticas. A primeira enfoca o número de órgãos e autarquias vinculados ao governo que tem como foco cada ODS, o que está demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Número de órgãos e autarquias vinculados a cada ODS no PPAG.

ODS	Órgãos e autarquias
1- Erradicação da pobreza	14
2- Fome zero e agricultura sustentável	8
3- Saúde de qualidade	19
4- Educação de qualidade	14
5- Igualdade de gênero	4
6- Água potável e saneamento	10
7- Energia limpa e acessível	10
8- Trabalho decente e crescimento econômico	18
9- Inovação e infraestrutura	19
10- Redução das desigualdades	19
11- Cidades e comunidades sustentáveis	14
12- Consumo responsável	7
13- Ação contra a mudança global do clima	6
14- Vida na água	1
15- Vida terrestre	4
16- Paz, justiça e instituições eficazes	27
17- Parcerias e meios de Implementação	11

Fonte: PPAG 2020-23. Elaboração própria. Nota: Ao todo, são 67 órgãos e autarquias vinculados. Utilizou-se o campo Unidade Orçamentária do Programa na planilha de Programas do PPAG.

Essas informações complementam as análises anteriores na medida em que demonstram a distribuição dos esforços entre diferentes unidades do governo. É possível que um ODS esteja concentrado em programas das mesmas pastas. Tendo em vista o caráter sistêmico dos objetivos, isso diminuiria a sustentação do objetivo na agenda. Um exemplo é o ODS 14 – Vida na água, vinculado somente a programas da Semad e não listado em programas vinculados ao Igam, que cuida da gestão das águas do estado.

Por outro lado, objetivos vinculados a muitos órgãos e autarquias também trazem em si alguns desafios. Há no estado programas diferentes que têm o mesmo objetivo e às vezes o mesmo mecanismo de implementação. O alcance das metas dos ODS requer também eficiência no uso dos recursos. Nesse caso, elas demandam esforço de governança para que os recursos públicos sejam mais bem empregados, evitando esforços duplicados em órgãos diferentes sem comunicação entre si.

De forma complementar, o segundo olhar para a intersetorialidade no ODS se dá pela observância do esforço interno dos órgãos para alcançar diferentes objetivos em seus programas, o que está sistematizado na Tabela 2.

Tabela 3 – Vinculação dos ODS por órgão do governo estadual - Revisão 2021

Órgão	ODS1	ODS2	ODS3	ODS4	ODS5	ODS6	ODS7	ODS8	ODS9	ODS10	ODS11	ODS12	ODS13	ODS14	ODS15	ODS16	ODS17	Total   ODS
AGE																		1
ALMG																		4
CGE																		1
CB																		2
DP																		6
ESP																		1
GMG																		11
Governadoria																		1
MPMG																		1
OGE																		1
PC																		1
PM																		4
Seapa																		14
Secult																		4
Sede																		14
Sedese																		8
SEE																		7
SEF																		10
Segov																		6
Seinfra																		5
Sejusp																		1
Semad																		13
Seplag																		12
SES																		2
TCE																		1
TJ																		1
TJM																		1

Um programa que tem como foco a alimentação escolar tem como objetivo de curto prazo atuar em complementariedade com as ações de segurança alimentar, mirando, porém, no longo prazo em melhores indicadores educacionais por entender que crianças com fome ou desnutridas têm prejuízos no aprendizado. Esse é um exemplo de que um programa pode ter como foco dois ODS distintos (neste caso o ODS2 e ODS4).

A Tabela 3 revela que há uma diferença na amplitude dos programas de cada órgão. 11 deles enfocam em somente um ODS. Em contrapartida, órgãos como Sede e Seapa atuam em 14 ODS nos seus programas. Nos dois casos, reforça-se a necessidade de um processo mais reflexivo da concepção dos programas e também do preenchimento do PPAG.

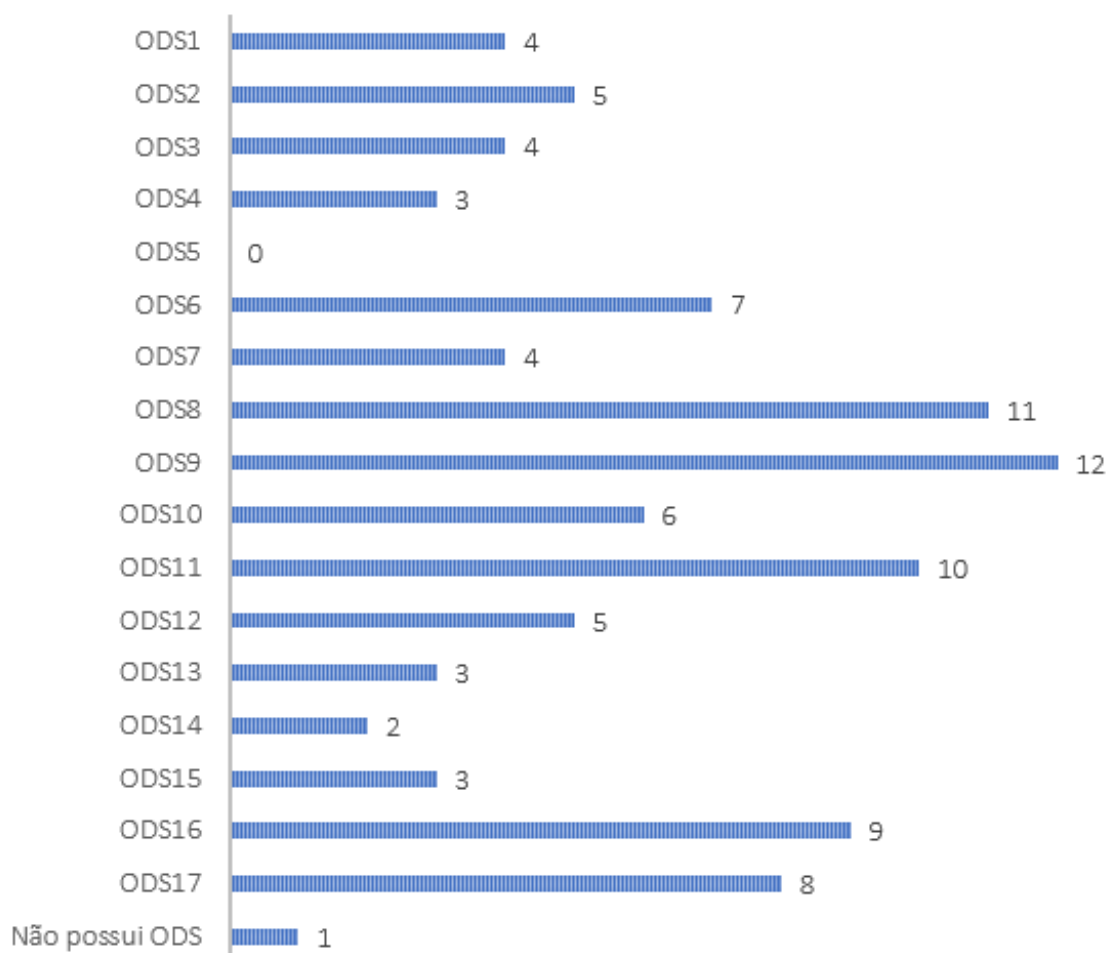
Diante da escassez de recursos, faz-se necessário que programas tenham um leque maior de ambições para proporcionar bem-estar à população de forma multidimensional. Por exemplo, um programa que tem enfoque na inclusão produtiva de pequenos agricultores estaria vinculado ao ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável e ao ODS 8 – Trabalho decente e desenvolvimento econômico. Mas, a depender da população enfocada, os gestores também poderiam adotar uma perspectiva de gênero, de forma a priorizar mulheres agricultoras, contemplando, assim, também os objetivos definidos no ODS 5 – Igualdade de gênero. Essa é uma estratégia possível, mas que deve ser utilizada com parcimônia, pois a definição de muitos objetivos pode dificultar o seu alcance.

Outro dado importante é que cinco unidades orçamentárias vinculadas ao PPAG não possuem atuação em ODS<sup>3</sup> algum. A Loteria Mineira é um desses casos. No entanto, a autarquia tem atuação no financiamento de programas do estado, como o programa Rede Cuidar, da Sedese, que dá apoio às organizações da rede social e assistencial, o que está vinculado ao alcance de vários ODS. É necessário ter clareza desses caminhos no processo de planejamento, sabido que, na teoria dos programas, as ações planejadas são de suma importância para o alcance dos resultados pretendidos, mas os recursos disponíveis também afetam sobremaneira esse processo.

## Projetos estratégicos do governo

Os projetos da carteira estratégica evidenciam o foco principal da agenda vigente, em que são impressos seus meios e fins específicos, isto é, a marca da gestão. No PPAG 2020-2023, são 23 projetos estratégicos em andamento, de forma que um projeto tem ações que podem contemplar diferentes programas do PPAG. A vinculação da agenda 2030 nos projetos estratégicos está exposta no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Número de ODS vinculados aos projetos estratégicos – Revisão 2021 do PPAG



Fonte: PPAG 2020-23. Elaboração própria. Nota: como os ODS são vinculados aos programas e não às ações, foi realizado um filtro se o programa possuía alguma ação atrelada a um projeto estratégico para obter as informações do gráfico.

<sup>3</sup> São essas: Companhia Energética de Minas Gerais, Fundo de Assistência do Pecúlio dos Servidores do Estado, Instituto de Desenvolvimento Integrado De Minas Gerais, Loteria do Estado e Reserva de Contingência.

O Gráfico mostra um cenário complementar, mas com algumas diferenças do que traz o Gráfico 3. Os ODS 8 e 9 continuam sendo objetivos com maior ênfase das ações do governo. Em contrapartida, o ODS 3 não figura como prioritário na agenda estratégica. No geral, percebe-se que o governo contemplou em sua agenda estratégica quase todos os ODS, de forma que somente o ODS 5 não está listado em programa algum que contenha ações prioritárias.

## Mapeamento das experiências brasileiras em monitoramento dos ODS

Atualmente há no Brasil várias iniciativas promotoras da difusão da Agenda 2030 que partem do setor público, do setor privado e da sociedade civil. No que tange ao escopo deste relatório, selecionamos algumas que têm enfoque no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para visualizar potencialidades e desafios a partir de cada iniciativa, mas também inferindo sobre o ecossistema da Agenda 2030 no Brasil.

Foram analisadas cinco iniciativas que partem tanto de organizações da sociedade civil quanto de governos subnacionais – uma iniciativa estadual e uma municipal.

### Iniciativas analisadas:

- o Observatório do Milênio (Prefeitura de Belo Horizonte)
- o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (Brasil (IDSC-BR))
- o Relatório Luz (GT Agenda)
- o Mandala Municipal (Confederação Nacional dos Municípios)
- o Observatório dos ODS (Governo do Estado do Maranhão)

De modo geral, não há coordenação efetiva que conglome essas iniciativas nacionalmente. Notou-se também que é baixo o engajamento dos governos estaduais e municipais para discutir e implementar a agenda, na medida em que há poucas iniciativas efetivas de monitoramento nesse nível de governo. Destaca-se que os tribunais de contas têm se inclinado bastante para sensibilizar o Executivo a adotarem medidas que incorporem os ODS e suas metas na agenda governamental. Como exemplo, o TCE-SP e o TCE-MG.

Esse é, portanto, um estímulo a mais para a implantação de um sistema de monitoramento. Para além de gerar bem-estar para os mineiros de forma completa, o Estado pode assumir um papel de protagonista nacional na implementação e no monitoramento das Agenda 2030.

## Observatório do Milênio – Prefeitura de Belo Horizonte

**Instituição:** Prefeitura de Belo Horizonte

**Sobre a iniciativa:**

O Observatório do Milênio de Belo Horizonte é um espaço de produção, análise e disponibilização de informações de natureza urbana, social e econômica organizado a partir da constituição de uma rede composta por instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e entidades do terceiro setor e da sociedade civil.

O processo de constituição do observatório teve início em 2005 a partir do convite da ONU feito à Prefeitura de Belo Horizonte para que a cidade promovesse o monitoramento local dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em 2008, ele foi formalmente constituído com a assinatura do primeiro termo de cooperação técnica entre a PBH e as instituições participantes. Com o estabelecimento da Agenda 2030 pelas Nações Unidas em 2015, o Observatório do Milênio deu continuidade às ações de monitoramento local das metas da Agenda Global de desenvolvimento, com vistas a colaborar com o planejamento e monitoramento das políticas públicas de Belo Horizonte.

**O que fazem:**

O ODM/PBH atua nas seguintes frentes:

1. Sensibilização e capacitação interna das equipes da Prefeitura para a vinculação dos programas com a Agenda 2030;
2. Desenvolvimento de indicadores (com bases primárias e secundárias)
3. Manutenção do painel de monitoramento dos ODS, disponível publicamente, e atualização periódica;
4. Elaboração de um relatório bianual de monitoramento dos ODS em Belo Horizonte, contando com instituições parceiras.

**O que pode nos ajudar:**

Observando a experiência da PBH, de modo geral, é interessante observar que a conjunção de várias formas de atuação fortalece o ambiente interno e externo para a consolidação da Agenda 2030.

O observatório consegue mobilizar os participantes internos (técnicos de várias secretarias da PBH) de forma que as equipes desenvolvem seus próprios indicadores e criam meios de manter seus cálculos atualizados. Dessa forma, as equipes da secretaria trabalham na construção de indicadores que atendem ao mesmo tempo o acompanhamento da implementação dos seus programas e a transparência com a sociedade civil quanto ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável conseguidos.

Outro eixo importante da atuação do ODM é a vinculação com instituições parceiras, fortalecendo o ecossistema em Belo Horizonte relacionado à Agenda 2030. Essas parcerias são acionadas para a elaboração do Relatório de Acompanhamento dos ODS, elaborado bianualmente. Ao mesmo tempo, acionar instituições externas permite um olhar mais amplo sobre os indicadores de cada ODS, de forma a proporcionar para as equipes da PBH outras perspectivas sobre o seu trabalho.

## Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR)

**Instituição:** O Instituto Cidades Sustentáveis atua para o desenvolvimento justo e sustentável das cidades no Brasil.

### Sobre a iniciativa:

Com duas principais iniciativas, o Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e a Rede Nossa São Paulo (RNSP), o instituto busca melhorar a qualidade de vida combatendo as desigualdades, promovendo os direitos humanos, estimulando a participação social, a transparência e a defesa do meio ambiente.

O IDSC-BR pretende gerar um movimento de transformação na gestão pública municipal. A intenção é orientar a ação política de prefeitos, definir referências e metas com base em indicadores e facilitar o monitoramento dos ODS em nível local. Há um índice para cada objetivo e outro para o conjunto dos 17 ODS, de modo que seja possível avaliar os progressos e desafios dos municípios brasileiros para o cumprimento da Agenda 2030 de modo geral e para cada objetivo que ela estabelece em particular.

Assim, o IDSC-BR cumpre a dupla função de auxiliar as cidades a medir seu desempenho segundo os objetivos da ONU e de permitir uma série de análises que vão além dos limites municipais. É possível, por exemplo, verificar e comparar os dados das cidades em recortes territoriais mais amplos (grandes regiões, biomas, estados e regiões metropolitanas), ou agrupar os municípios de acordo com características comuns e específicas, que extrapolam detalhes territoriais (como aspectos demográficos, sociais e ambientais, entre outros). Ao conferir uma pontuação para cada ODS, o índice permite ainda outros tipos de agrupamento das cidades para análises e comparações nas diversas áreas temáticas abordadas pelos objetivos da ONU.

### O que fazem:

O IDSC desenvolveu e disponibilizou um painel de monitoramento dos ODS a nível municipal para todos os 5570 municípios brasileiros. O painel permite:

- visualizar o desenvolvimento dos ODS para cada município, emitindo um relatório detalhado sobre seus indicadores;
- comparar municípios no seu grau de alcance aos ODS: tanto a partir de um ranking, quanto por um mapa.

### O que pode nos ajudar:

O IDSC traz algumas possibilidades interessantes para o trabalho que pretendemos desenvolver. A primeira e mais importante é a possibilidade do uso de uma base mais extensa de dados secundários a nível municipal. Apesar de trabalharmos com o nível estadual, é importante ter mapeados dados que possam refletir a realidade regional quando pensarmos em desagregar o olhar sobre as políticas desenvolvidas pelo governo do Estado.

Outra abordagem interessante é o desenvolvimento de um ranking e a possibilidade de trabalhar de forma comparativa, com escalas referentes ao alcance do ODS naquela realidade. Esse trabalho pode auxiliar no desenvolvimento de critérios para avaliar o desempenho dos programas mineiros no alcance aos ODS a que estão vinculados.

A ideia de poder emitir um relatório detalhado para cada realidade também é algo que auxilia na expansividade, de modo que o usuário tem uma ideia de coisa feita sob medida, adaptada e adaptável, utilizando aquele instrumento para a sua realidade.

## Relatório Luz da Sociedade Civil

### Instituição:

O GT Agenda 2030 é fruto do intenso processo em torno das negociações sobre as novas metas globais a partir de uma articulação nacional liderada pela Abong e desenvolvido em parceria com diversas organizações da sociedade civil já engajadas no processo, que culminou na aprovação da Agenda 2030 durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

O GT Agenda 2030 tem cerca de 50 membros de diferentes setores que, juntos, cobrem todas as áreas dos 17 ODS da Agenda 2030. O grupo incide sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU), promovendo o desenvolvimento sustentável, o combate às desigualdades e às injustiças e o fortalecimento de direitos universais e indivisíveis, com base no pleno envolvimento da sociedade civil em todos os espaços de tomada de decisão.

### Sobre a iniciativa:

O GT Agenda 2030 comunica e dá visibilidade à importância dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e ao potencial impacto da sua implementação sobre pessoas e territórios, além de reunir, analisar e produzir conteúdo que informam sua incidência e ações de controle social, o que inclui a produção, a cada ano, do Relatório Luz.

### O que fazem:

Entre as principais ações do GTSC A2030, estão: a construção de parcerias com setores públicos, sociedade civil e Sistema ONU para promoção, disseminação e monitoramento da Agenda 2030; a incidência junto a governos, parlamentos, Judiciário, instâncias fiscalizadoras nacionais e locais, com o objetivo de alinhar políticas e orçamentos públicos aos ODS e a produção de conteúdo e análises críticas propositivas, entre eles o Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030.

### O que pode nos ajudar:

A construção do relatório conjuntural apresenta uma forma de divulgação importante do monitoramento dos ODS. Para além das informações decorrentes dos dados primários e secundários utilizados na avaliação, a participação de especialistas, a partir de grupos focais, também é uma ferramenta importante utilizada para a construção do relatório, convergindo os dados quantitativos com as informações qualitativas obtidas nos grupos. O relatório também utiliza resultados obtidos por pesquisas acadêmicas ou estudos da sociedade civil, considerando buscas disponíveis na biblioteca SciELO ou Portal Capes.

O monitoramento é orientado por metas pré-estabelecidas, que classificam os indicadores dos ODS pelo alcance de metas nas seguintes categorias: retrocesso (quando as políticas ou ações correspondentes foram interrompidas, mudadas ou sofreram esvaziamento orçamentário); ameaçada (quando, ainda que não haja retrocesso, a meta está em risco, por ações ou inações cujas repercussões comprometem seu alcance); estagnada (se não houve indicação de avanço ou retrocesso estatisticamente relevante); progresso insuficiente (se a meta apresenta desenvolvimento lento, aquém do necessário para sua implementação efetiva); e progresso satisfatório (a meta está em implementação com chances de ser atingida ao final da Agenda 2030).

## Mandala Municipal - Localizando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil

**Instituição:** Comissão Nacional de Municípios (CNM) e Programa de Articulação de Redes Territoriais do Pnud.

### Sobre a iniciativa:

A Mandala de Desempenho Municipal é um instrumento de monitoramento de 28 indicadores selecionados e que têm relação direta com a gestão municipal. Todos os municípios que se interessarem podem ter acesso à ferramenta, que está dividida em quatro partes: institucional, econômica, social e ambiental.

Ao trazer um gráfico do tipo “radar”, a mandala mostra o grau de desenvolvimento do município de acordo com quatro dimensões: econômica, social, ambiental e institucional. A ferramenta disponibiliza indicadores dos 5.570 municípios brasileiros, considerados em seis grupos distintos para fins de análise e comparação, além do grupo das capitais.

### O que fazem:

- A iniciativa busca fortalecer o papel dos municípios na localização e, especificamente, nos sistemas de monitoramento e prestação de contas dos ODS e da Agenda 2030, a partir de quatro iniciativas:
- fortalecer os sistemas de monitoramento e prestação de contas para colocar em prática os ODS em nível local;
- sensibilizar os municípios para a adoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável;
- capacitar os governos locais para a integração dos ODS em seus planos de governo;
- contribuir para os processos e debates na América Latina e em nível internacional por meio de conhecimentos e práticas dos municípios brasileiros e vice-versa.

### O que pode nos ajudar:

A metodologia dos indicadores do monitoramento de ODS é interessante para a criação dos possíveis índices que serão utilizados no projeto, auxiliando na compreensão das dimensões e fontes de dados que subsidiam a análise.

Além disso, apresenta indicadores de agrupamento de municípios, com base na média da população, receita corrente líquida per capita, população em extrema pobreza e IDHM, realizando uma análise de componentes principais de cada município, podendo também estender a análise a agrupamento dos municípios.

## Observatório dos ODS - Governo do Estado do Maranhão

**Instituição:** Comissão Estadual dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Governo do Maranhão

### Sobre a iniciativa:

A Comissão Estadual para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Ceods) do Governo do Maranhão é composta por sete órgãos e tem como objetivo executar um plano de ações integradas para garantir o cumprimento de metas globais de desenvolvimento sustentável no Maranhão.

### O que fazem:

Monitoram e avaliam o processo de implementação da Agenda 2030, garantindo a uniformidade e integração das ações do estado com os indicadores e metas dos ODS. Além disso, auxiliam na elaboração de uma agenda de planejamento de políticas públicas a longo prazo.

### O que pode nos ajudar:

Talvez seja a experiência modelo que mais contribui para a elaboração em Minas Gerais. A experiência compreende que é necessário promover um diálogo intersetorial entre estados, municípios e organizações da sociedade civil para promover diálogo intersetorial sobre o processo de desenvolvimento a partir do ODS. Para aderir à agenda, é necessário um memorando de entendimento (memorandum of understanding, MoU, na sigla em inglês) entre o governo do Estado e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Como em outras experiências mencionadas, uma contribuição importante é a definição dos indicadores e bases de dados que servirão de suporte para o monitoramento. Além disso, possuem uma plataforma que também pode orientar a criação de um painel interativo de maneira simples e objetiva. Outra contribuição está nos relatórios, que indicam as políticas em andamento no Maranhão e estão em conformidade com os ODS. Destaca-se também que os relatórios apresentam uma seção de “atuação do governo” junto a cada objetivo e meta, apresentando como o governo maranhense tem atuado para alcançar cada dimensão proposta nos ODS.

## A estruturação do painel de monitoramento

Para compor a dimensão infraestrutural, foi elaborado um painel de monitoramento que partiu da base de dados do PPAG. Ele teria como público alvo a sociedade civil para gerar transparência sobre os programas em execução e o seu alcance aos ODS. Os objetivos para essa estruturação foram:

1. Dar publicidade à vinculação dos programas aos ODS e gerar reflexão por parte dos gestores de programa;
2. Explorar os objetivos de desenvolvimentos sustentável e suas metas e seus indicadores para mensuração;

O painel foi desenvolvido em linguagem R e está disponibilizado na internet pelo link <https://shiny.fjp.mg.gov.br/ODS>. No painel, há duas abas de operação, que cumprem os objetivos 1 e 2.

A Figura 4 mostra a aba programas do painel. Nela, é possível filtrar o órgão e o programa retornando algumas informações principais, entre elas a lista de ODS a que o programa se vincula. A outra função do painel é suscitar que os usuários se aprofundem no conhecimento dos elementos que compõem a agenda 2030: objetivos, metas e indicadores. Notou-se que o conhecimento era limitado aos 17 ODS, sem conhecer quais as metas específicas para cada um deles e os indicadores já definidos para monitoramento e mensuração do seu alcance. Para isso, foi criada uma aba em que o usuário pode acessar as metas e os indicadores de cada ODS, já filtrados para a realidade brasileira como mostra as figuras 2 e 3.

Figura 2 – Layout do painel de monitoramento dos ODS na aba programas

ODS - MG

PÁGINA INICIAL PROGRAMAS ODS SOBRE

Órgão responsável pelo Programa: SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Nome do Programa: CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS - CERTIFICA MINAS

Orçamento do Programa: R\$ 16.979.116

Objetivo Estratégico do Programa: 1 - SER O ESTADO MAIS COMPETITIVO E MAIS FÁCIL DE SE EMPREENDER NO BRASIL, EM AGRONEGÓCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS, PROPICIANDO AMBIENTE PARA MAIOR GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM VISTAS À REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES.

Objetivo do Programa: ASSEGURAR AOS CONSUMIDORES QUE OS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E AGROINDUSTRIAIS CERTIFICADOS COM A MARCA CERTIFICA MINAS POSSUAM QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE EM SEUS SISTEMAS DE PRODUÇÃO, PROPORCIONANDO CONFIANÇA E DIFERENCIAL COMPETITIVO.

Indicadores do Programa:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vinculados ao Programa:

Abrir lista de indicadores dos ODS vinculados

Tabela 1: Tabela com a lista das ações do Programa selecionado

Código da Ação	Título da Ação	Finalidade da Ação	Previsão Orçamentária 2022	Previsão Física 2022
4352	COORDENAÇÃO DO PROGRAMA CERTIFICA MINAS	CONFERIR ATRIBUTOS DE VALOR AOS PRODUTOS CERTIFICADOS, DE MODO QUE SEJAM RECONHECIDOS POR SEGMENTOS DE CONSUMIDORES QUE DÃO IMPORTÂNCIA A ASPECTOS DE QUALIDADE NOS PRODUTOS CONSUMIDOS, TAIS COMO PROCESSOS DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS, SEGURANÇA DO ALIMENTO, ATRIBUTOS INTANGÍVEIS INERENTES AOS PRODUTOS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO, ETC.	R\$150.280,00	3.000

Fonte: Captura de tela do painel

Figura 3 – Layout do painel de monitoramento dos ODS na aba indicadores



Fonte: Captura de tela do painel

Figura 4 – Tabela de indicadores do painel de monitoramento dos ODS

Tabela com os indicadores do ODS

Copy Print Download Search:

Tabela 1: Tabela com a lista dos indicadores do ODS.

Objetivo	Meta	Indicador
1 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	4.1.1 - Proporção de crianças e jovens: (a) nos segundo e terceiro anos do ensino fundamental; (b) no final dos anos iniciais do ensino fundamental; e c) no final dos anos finais do ensino fundamental, que atingiram um nível mínimo de proficiência em (i) leitura e (ii) matemática, por sexo
2 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes	4.1.2 - Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio
3 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	4.2.1 - Proporção de crianças com idade entre 24-59 meses que estão com desenvolvimento adequado da saúde, aprendizagem e bem-estar psicossocial, por sexo
4 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário	4.2.2 - Taxa de participação no ensino organizado (um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental), por sexo
5 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	4.3 - Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade	4.3.1 - Taxa de participação de jovens e adultos na educação formal e não formal, nos últimos 12 meses, por sexo
6 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo	4.4.1 - Proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC), por tipo de habilidade
7 Objetivo 4 - Educação de Qualidade	4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as	4.5.1 - Índices de paridade (mulher/homem, rural/urbano, 1°/5° quintis de renda e outros como população com deficiência, populações indígenas e populações afetadas por conflitos - à medida que os dados estejam disponíveis) para todos os

Fonte: Captura de tela do painel

## Desenvolvendo capacidades para monitoramento da Agenda 2030

Os órgãos do estado possuem diferentes lógicas de monitoramento dos projetos. Para todos os órgãos da administração direta e alguns órgãos da administração indireta, há o monitoramento bimestral de metas físicas e orçamentárias do PPAG. Os projetos da carteira estratégica possuem um monitoramento mais próximo das entregas e resultados realizado pela Subsecretaria de Gestão da Estratégia Governamental (Suges) na Seplag. A forma como as equipes dos órgãos se articulam para alimentar esse monitoramento é variável, e o grau de maturidade da clareza da teoria do programa de cada equipe também varia.

A estratégia acertada no presente ano foi uma interação com os assessores estratégicos, via Suges, para nivelamento e criação de uma linguagem franca entre os órgãos. Foi planejada então a realização de oficinas de desenho e monitoramento de programas no Mapa de Processos e Resultados, ferramenta que tem sido utilizada pela FJP para essas finalidades. Com base no mapa, criam-se indicadores que podem subsidiar também o monitoramento dos ODS. Essas oficinas foram objeto de novo acordo para 2023 de modo a subsidiar o processo de reformulação da carteira estratégica.

A partir de então, os novos projetos estratégicos serão um piloto do monitoramento dos ODS e acompanhados pela equipe do Nima para que possamos avaliar quais são os desafios e as possibilidades.

### A Oficina

Durante 2021, foi realizado o Ciclo de Assessoramento à Revisão do PPAG e ofertada uma oficina sobre os ODS e o planejamento governamental. Foram convidados gestores de programa e assessores estratégicos dos órgãos. O evento teve uma parte expositiva, com a apresentação da agenda 2030 e mecanismos de atrelar a agenda aos desígnios e ao monitoramento dos programas. Na sequência, houve uma parte prática: os participantes foram convidados a refletir sobre o programa a que estão vinculados. Para isso, os participantes foram instados a refletir sobre os seus programas, utilizando o painel desenvolvido pela FJP. Foram indagados se, após ver a lista de ODS a que o programa estava vinculado e refletindo sobre as metas daquele ODS, eles fariam alguma alteração na lista. Foi veiculado um formulário no Google Forms para que pudéssemos coletar essas respostas, o que está mostrado no gráfico 4. A maioria dos participantes disse que adicionaria pelo menos um ODS, enquanto outra parte marcou a opção de manter a lista como estava. Apenas uma pessoa marcou a opção de que excluiria pelo menos um ODS.

Gráfico 4 – Resultados da enquete realizada no término da oficina com a sistematização do exercício

Com base nesse exercício, você indicaria alguma alteração no item sobre o ODS do seu programa no PPAG?

66 respostas



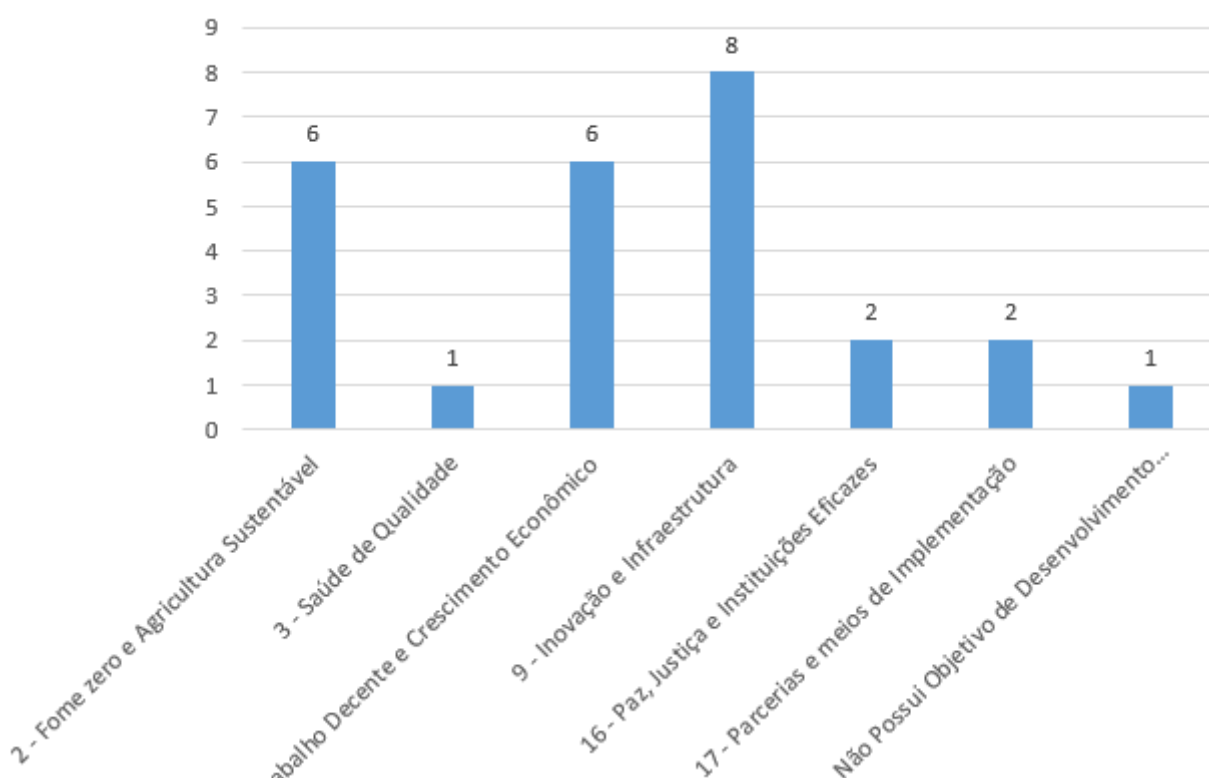
Fonte: questionário disponibilizado aos participantes. Imagem extraída do Google Forms.

A intenção da oficina foi provocar um processo mais reflexivo para que, durante a revisão dos atributos do PPAG, os gestores pudessem ter mais instrumentos para o preenchimento do campo de ODS no Sigplan e assim ter uma lista mais verossímil de quais objetivos estão sendo priorizados na agenda do governo.

No entanto, após o fechamento da revisão, avaliaram-se as alterações realizadas no sistema não houve efeitos significativos nas alterações do atributo de ODS vinculados aos programas. A seguir, alguns resultados apurados na comparação da base do PPAG de 2021 e 2022:

- o nenhum programa em 2021 retirou ODS da sua lista de 2022;
- o dois ODS foram incluídos no programa Ferrovias Mineiras entre 2021 e 2022;
- o sete programas foram extintos, o que resultou na retirada de 14 ODS totais que faziam parte desses programas;
- o houve a inclusão de dez programas que resultaram na inclusão de 25 ODS. A lista de ODS incluídos está no gráfico 5.

Gráfico 5 – Enfoque dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável dos programas incluídos na Revisão 2023 do PPAG, realizada em agosto de 2022.



Fonte: PPAG 2020-23. Elaboração própria.

É interessante notar o aumento do enfoque voltado ao ODS 2, o que pode estar relacionado ao aumento da vulnerabilidade durante o período da pandemia, ao fim do auxílio emergencial e ao aumento da inflação. Também há a consolidação dos ODS 8 e 9, que já estavam robustos na agenda do governo desde 2021. Em contrapartida, não apresentaram alterações, de um ano para o outro, dimensões como a do ODS 5 e ODS 14, que já apresentavam debilidade desde o ano anterior, no tocante ao seu baixo enfoque na agenda governamental.

## Oportunidades e desafios da agenda ODS em Minas Gerais

O Governo de Minas Gerais é uma referência em termos de monitoramento e avaliação de políticas públicas, de transparência no processo de planejamento governamental e da adoção de agendas governamentais alinhadas com o desenvolvimento sustentável.

Compreendendo o ecossistema da Agenda 2030 no Brasil, notam-se oportunidades, como a baixa adesão por órgãos públicos, tanto do governo federal, quanto de governos estaduais – à exceção do Maranhão. Uma implementação que consiga vincular os ODS como instrumentos de planejamento para os gestores aliadas a um sistema de monitoramento que consiga responder à gestão e à sociedade civil pode tornar Minas Gerais uma referência nacional na adoção da Agenda 2030.

As estruturas internas do governo mineiro já estão muito consolidadas nesse sentido, o que requer apenas algumas adequações. Destacam-se como dois ativos importantes para essa vinculação:

- o Sigplan: o sistema utilizado para o planejamento governamental já possui atributos como indicadores e a vinculação com os ODS;
- o a plataforma do Índice Mineiro de Responsabilidade Social: elaborada e mantida pela Fundação João Pinheiro, a plataforma disponibiliza mais de 700 indicadores de diversas dimensões que podem ser utilizados como referência para o monitoramento dos programas.

Um processo já consolidado em Minas Gerais que pode auxiliar nessa empreitada é o monitoramento dos programas da carteira estratégica, feito acompanhando-se os gestores mais de perto. Sugere-se que a implementação piloto da vinculação dos ODS com o monitoramento dos programas pode acontecer para esses programas específicos e entender quais são os desafios e as oportunidades internas.

## Balanço das atividades e recomendações ao Ciclo 2023

2022 foi um momento de planejamento e diagnóstico de um ecossistema que, em sua maioria, ainda não foi preenchido por estruturas governamentais no Brasil. Internamente, foi um ano de construção de uma governança entre os atores que implementam essa agenda no governo estadual: Nima/FJP, DCPN/Seplag e Sugex/Seplag.

Apresentamos um balanço do que foi definido no planejamento de ações necessárias para o ciclo 2023 do Sapp na Tabela 4.

Tabela 4 – Balanço do planejamento para 2022

Entrega	Status
Análise dos programas em andamento	Realizada
Mapeamento de iniciativas de monitoramento dos ODS	Realizado
Mapeamento de indicadores	Realizado parcialmente. Ainda é necessário fazer um pareamento dos indicadores já existentes, como os contidos na base do IMRS, e fazer as devidas atribuições a cada um dos ODS.
Estruturação do painel de monitoramento	Realizado parcialmente.
17 Oficinas com gestores de programa	Foi realizada uma oficina durante o Ciclo de Revisão do PPAG. Serão necessárias novas oficinas com gestores de programa e assessores estratégicos.
Relatório do percurso	Realizado.

Fonte: PPAG 2020-23. Elaboração própria.

As etapas realizadas total ou parcialmente são um subsídio sólido para o planejamento de 2023. Com essas etapas, foi possível entender em que ponto a agenda governamental está alinhada com a Agenda 2030 e quais as principais lacunas. Aliado a isso, visualizamos um hiato monitoramento dos ODS por governos de todas as esferas e, em especial, para governos estaduais, demonstrando as oportunidades que podem ser ocupadas por Minas Gerais. Além disso, construímos um alicerce operacional na estruturação de um painel de indicadores e percebemos o interesse dos servidores estaduais na temática do desenvolvimento sustentável para o planejamento dos seus programas.

Para o próximo ano, tecemos algumas recomendações para os envolvidos na implementação do sistema, para as estâncias de governança do Sapp e outros órgãos do governo e a sociedade civil que tenham interesse em participar da criação dessa plataforma. Acreditamos que para 2023 será necessário:

- o estabelecer uma agenda conjunta com a Sugex para oferecer capacitação às assessorias estratégicas, construir em conjunto uma metodologia de desenvolvimento dos projetos da carteira estratégica e da construção de indicadores de monitoramento alinhados aos ODS;
- o reformular a parte infraestrutural do painel dos ODS para que seja mais visual e comporte as funcionalidades de monitoramento, com uma aba para os resultados dos indicadores a serem incluídos. Será necessária a ampliação dos indicadores disponíveis para além dos disponibilizados na plataforma Ipea. Uma das atividades planejadas será o pareamento dos indicadores do IMRS com as metas dos ODS;
- o participar e promover eventos relacionados à Agenda 2030, ampliando espaços de interlocução com a sociedade civil e órgãos governamentais que tenham interesse na temática.

## Referências bibliográficas

TOLEDO, Giovanna Lunardi. Desafios para implementação da agenda dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) na administração pública estadual: análise da capacidade estatal de Minas Gerais. 2019.

RELATÓRIO LUZ. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-2021/>. 2021.

VALVERDE, Michelle. ALMG homenageia 90 anos do Diário do Comércio. Diário do Comércio, Belo Horizonte, 26 de novembro de 2022. DC 90 anos Especial. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/especial/almg-homenageia-90-anos-do-diario-do-comercio/>. Acesso em 14 de fevereiro de 2023.



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.